



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS

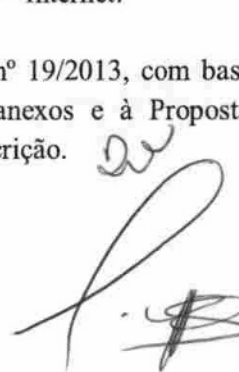

**CONTRATO Nº 25 /2013, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMBATE À FOME, POR INTERMÉDIO DA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS E O SERVIÇO FEDERAL DE
PROCESSAMENTO DE DADOS NA FORMA
ABAIXO:**

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.756.246/0001-01, com sede no Bloco "C" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, representada pela Subsecretaria-Adjunta de Assuntos Administrativos, Senhora **TAISA ALVES CASTANHEIRA GOMES DAVI**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO], inscrita no CPF sob nº [REDAZIDO] nomeada pela Portaria publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2012, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o **SERPRO – SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 33.683.111/00001-07, sediada à SGAN, QD 601, Módulo V, Brasília/DF, CEP: 70.836-900, por meio de sua Regional de Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 33.683.111/0002-80, com endereço na SGAN Av. L2 Norte, Quadra 601, Módulo "G", Brasília/DF, CEP: 70.836-900, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, Senhor **MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI**, portador da Cédula de Identidade nº [REDAZIDO], inscrito no CPF sob o nº [REDAZIDO] doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 19/2013, com fulcro no inciso XVI, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, sob a forma de execução indireta, de acordo com a minuta examinada e aprovada por meio do Parecer nº 0174/2013/CONJUR-MDS/CGU/AGU, tendo em vista o que consta no processo nº **71000.077899/2012-49**, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, atualizada e demais normas que regem a espécie, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de armazenamento e Data Center, compreendendo hospedagem nas modalidades de *collocation e hosting*, conectividade incluindo rede de comunicação de dados e acesso à rede mundial de computadores – Internet.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se a Dispensa de Licitação nº 19/2013, com base no art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, ao Termo de Referência e seus anexos e à Proposta Comercial SUNCE/CEDNI nº 0129/2013 - versão 1.1, independentemente de transcrição.


VISTO

COJUR



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação ordinária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação para os 12 (doze) meses iniciais será de R\$ 14.290.753,68 (quatorze milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos), conforme detalhamento contido no item 8.1 da proposta da **CONTRATADA**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Do 2º (segundo) ao 5º (quinto) ano de vigência do contrato, o valor anual estimado da contratação será de R\$ 10.487.241,60 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2013, na classificação abaixo:

Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001

FT: 151

PI: 00200041660

PTRES: 067134

ND: 339039

SB: 97

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de GRU INTRA-SIAFI, em nome do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), UG 806030, Gestão 17205 e Código de Recolhimento 90001-0.

5.2. Caberá à **CONTRATADA** apresentar as Notas Fiscais correspondentes aos serviços prestados no estabelecimento a ser indicado pela **CONTRATANTE**, a qual se responsabilizará pelo recebimento e liberação/atesto da Nota Fiscal.

29
VISTO
2
COJUR



CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções relacionadas à execução deste Contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado à **CONTRATADA**:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as **CONTRATANTES** poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

25

VISTO

COJUR



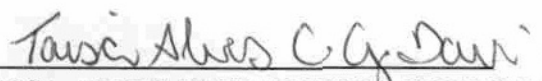
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As controvérsias de natureza jurídica serão submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF da Advocacia-Geral da União.

14.2. Restando infrutífera a conciliação, o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal será competente para a solução do litígio.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes.

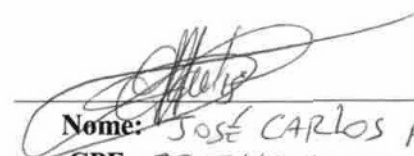
Brasília/DF, 19 de julho de 2013.


TAISA ALVES CASTANHEIRA GOMES DAVI
CONTRATANTE


MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


Nome: Kátia Braga de Faria
CPF: [REDACTED]
Coordenadora de Contratos


Nome: JOSÉ CARLOS PAULISTA DE SOUZA
CPF: [REDACTED]

VISTO

COJUR